



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

15 de abril 2015



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 15/04/2015
Assunto: Negociações		Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

PROFESSORES: PMDB PEDE TEMPO

A bancada estadual do PMDB teve atuação decisiva na tramitação da Medida Provisória 198, que acabou sendo revogada pelo governador Raimundo Colombo depois de rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça a partir de um parecer do deputado Mauro de Nadal (PMDB). A votação do novo projeto depende, portanto, do principal aliado do governo.

Os deputados do PMDB examinaram o conteúdo da nova proposta salarial e constataram que houve melhorias e avanços em relação ao projeto original. Mas nada decidiram. Pediram tempo para cada parlamentar estudar mais a fundo com os assessores para definir qual a posição.

O governo tende, assim, a aguardar até a próxima terça-feira para saber o que decidirão os deputados do PMDB, que têm a maioria dos votos no plenário. Antes disso, contudo, outra deliberação poderá ser decisiva e até influenciar a manifestação dos peemedebistas: a assembleia estadual do Sinte marcada para hoje, a partir das 13h, no Centrosul.

Algumas assembleias regionais, como em Florianópolis e Chapecó, votaram pela continuidade da greve. Nas redes sociais, as reações dos professores foram de críticas e decepções com a nova proposta salarial.

Há, contudo, dúvidas se o Sinte e os professores terão gás para continuar a paralisação por mais tempo. O governo praticou quatro gestos para tentar uma solução e, mesmo que os salários propostos não sejam do agrado dos professores, o Executivo tem maioria na Assembleia.

O futuro do movimento, por isso, está condicionado à assembleia de hoje e à disposição dos deputados da base de apoio ao governo.



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Notícias	Data: 15/04/2015
Assunto: Negociações		Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE

O PONTO QUE IMPEDE O ACERTO COM A CATEGORIA

Criada em 1979 e modificada por diversas legislações, a regência de classe deve ser o principal assunto na assembleia estadual do Sinte/SC que define na tarde de hoje os rumos da greve dos professores. Sepultada a medida provisória que tirava os profissionais temporários da carreira do magistério, o impasse entre governo e grevistas tem como foco a incorporação da gratificação aos salários.

A regência de classe, com o apelido de pó de giz, foi instituída no primeiro ano do governo Jorge Bornhausen, o último antes da redemocratização. Na época, concedia adicional de 100% sobre o salário dos professores em sala de aula. Em tempos modernos, a regra não é tão generosa: é de 25%, saltando para 40% em no caso de professores de turmas iniciais e educação especial. Hoje, 50 mil dos 63 mil professores – efetivos, ACTs e aposentados – recebem especificamente regência de classe. Cerca de 10 mil recebem outras gratificações semelhantes, também de 25%, cuja incorporação é igualmente prevista.

– Hoje o valor da regência incide sobre os triênios e é incorporado à aposentadoria como se



Hoje o valor da regência incide sobre os triênios e é incorporado à aposentadoria como se fosse vencimento. Ela é salário de fato, mas não de direito.

EDUARDO DESCHAMPS

Secretário de Educação

fosse vencimento. Ela é salário de fato, mas não de direito – afirma Eduardo Deschamps, secretário da Educação.

INCORPORAR REGÊNCIA É INEGOCIÁVEL, DIZ SINTE/SC

Pela proposta da Secretaria de Educação para o novo plano de carreira da categoria, esses 25% iguais a todos os profissionais seriam incorporados ao salário. Professores de turmas iniciais e de educação especial continuariam com um adicional de 15%. A medida é considerada fundamental pela secretaria para que haja a chamada descompactação da tabela salarial dos professores – que aproximou os vencimentos iniciais e finais quando



A regência de classe que ele incorporar vai se diluir ao longo do tempo. Isso, de certa forma, também é uma compactação a longo prazo.

LUIZ CARLOS VIEIRA

Coordenador do Sinte/SC

foi implantado o piso nacional, em 2011.

Na noite de ontem, o comando de greve do Sinte/SC realizou reunião preparatória para a assembleia estadual da categoria, marcada para as 14h de hoje no Centro Sul, em Florianópolis. Os sindicalistas sinalizaram que a greve iniciada no dia 24 de março deve ser mantida mesmo com a nova proposta do plano de carreira do governo. A ideia de incorporar a regência de classe é considerada inegociável pelo Sinte/SC.

– A regência de classe que ele incorporar vai se diluir ao longo do tempo. Isso, de certa forma, também é uma compactação a longo prazo – afirma Luiz Carlos Vieira, coordenador do Sinte/SC.



Veículo: A Notícia	Editoria: Notícias	Data: 15/04/2015
Assunto: Negociações		Página: 15

A NOTÍCIA

O PONTO QUE IMPEDE O FIM DA PARALISAÇÃO

UPIARA BOSCHI

Criada em 1979 e modificada por diversas legislações, a regência de classe deve ser o principal assunto na assembleia estadual do sindicato dos professores (Sinte/SC) que define na tarde de hoje os rumos da greve da categoria. Sepultada a medida provisória que tirava os profissionais temporários da carreira do magistério, o impasse entre governo e grevistas tem como foco a incorporação da gratificação aos salários.

A regência de classe, com o apelido de pó de giz, foi instituída no primeiro ano do governo Jorge Bornhausen, o último antes da redemocratização. Na época, concedia adicional de 100% sobre o salário dos professores em sala de aula. Em tempos modernos, a regra não é tão generosa: é de 25%, saltando para 40% no caso de professores de turmas iniciais e educação especial. Hoje, 50 mil dos 63 mil professores – efetivos, ACTs e aposentados – recebem especificamente regência de classe. Cerca de 10 mil recebem outras gratificações semelhantes, também de 25%, cuja incorporação é igualmente prevista.

– Hoje o valor da regência incide sobre os triênios e é incorporada à aposentadoria como se fosse vencimento. Ela é salário de fato, mas não de direito – afirma Eduardo Deschamps, secretário da Educação.

Pela proposta da Secretaria de Educação para o novo plano de carreira da categoria, esses 25% iguais a todos os profissionais seriam incorporados ao salário. Professores de turmas iniciais e de educação especial continuariam com um adicional de 15%. A medida é considerada fundamental para que haja a chamada descompactação da tabela salarial dos professores – que aproximou os vencimentos iniciais e finais quando foi implantado o piso nacional da categoria, em 2011.

Incorporar regência é inegociável, diz Sinte/SC

Na noite de ontem, o comando de greve do Sinte/SC realizou reunião preparatória para a assembleia estadual da categoria, marcada para as 14h de hoje no Centro Sul, em Florianópolis. Os sindicalistas sinalizaram que a greve iniciada no dia 24 de março deve ser mantida mesmo com a nova proposta do plano de carreira do governo. A ideia de incorporar a regência de classe é considerada inegociável pelo Sinte/SC.

– A regência de classe que ele incorporar vai se diluir ao longo do tempo. Isso, de certa forma, também é uma compactação a longo prazo – afirma Luiz Carlos Vieira, coordenador do Sinte/SC.



DIÓRGENES PANDINI

Hoje o valor da regência incide sobre os triênios e é incorporada à aposentadoria como se fosse vencimento. Ela é salário de fato, mas não de direito.

Eduardo Deschamps
Secretário de Educação



BETINA HOMERES

A regência de classe que ele incorporar vai se diluir ao longo do tempo. Isso, de certa forma, também é uma compactação a longo prazo.

Luiz Carlos Vieira
Coordenador do Sinte/SC



Veículo: A Notícia	Editoria: Notícias	Data: 15/04/2015
Assunto: Prestação de Contas		Página: 15

A NOTÍCIA

Maioria das cidades do país não informou investimentos

Brasília

Apenas 963 municípios brasileiros prestaram contas dos investimentos feitos em educação em 2014, o que equivale a 17,29% do total de cidades do país. Os mais de 80% municípios que ainda não prestaram contas têm até o dia 30 de abril para fazê-lo. Caso contrário, terão problemas para receber recursos de convênios ou firmar novas parcerias com o governo federal. Os dados são do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Os Estados também devem enviar a prestação de contas. O prazo é, no entanto, maior, até o dia 31 de maio. Até o mo-

mento, nenhum Estado ou o Distrito Federal prestou as contas.

25% da arrecação para o ensino

Pela Constituição, os entes federativos devem investir no mínimo 25% do que arrecadam em educação. Se o Estado ou município não investir esse mínimo em manutenção e desenvolvimento do ensino, o FNDE envia um comunicado aos tribunais de contas estaduais e ao Ministério Público informando o não cumprimento da norma.



Notícias do Dia

O dizer e o fazer a respeito da educação



Gisela de Amorim Costa

Pedagoga

É muito importante, uma verdadeira conquista, a educação ser tratada constitucionalmente como um direito de todos, dentro de um princípio democrático de igualdade de oportunidades, e ouvirmos nossos governantes dizerem que ela será "a prioridade das prioridades" em seus planos de gestão. Mas, na história do nosso país, esses discursos têm se realizado na prática?

Já em 1932, um grupo de intelectuais brasileiros publicara o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova". Na proposta dos signatários do manifesto se aspirava, dentre outras coisas, uma escola pública, laica e gratuita.

Deveria haver uma reconstrução educacional onde o aluno estaria no centro do processo educativo, sendo o agente transformador do conhecimento que, àquela época, era dominado educacionalmente pela vertente pedagógica tradicional.

A repercussão desse Manifesto de 1932 sobre a educação fez-se presente já na Constituição de 1934 e resistiu até nossa atual Constituição de 1988, com a qual ganhou sobrevida.

Mas, sem desconsiderar a importância fundamental do modo como a educação é tratada na Constituição de 1988, o fato lamentável é que se observa de lá pra cá, nesses anos todos, uma triste

texto constitucional e a nossa realidade educacional.

Neste ano de 2015 o nosso governo lança o lema "Brasil, Pátria Educadora", colocando a educação como a prioridade das prioridades. No entanto, passados alguns poucos dias, anuncia-se o corte no orçamento da educação em 7 bilhões, aparecendo dessa forma dúvidas sobre como será esse impacto no sistema educativo e não ficando claro tampouco como será aplicado na prática esse lema do governo federal.

As atitudes dos governantes na história do nosso país, diante de um assunto tão primordial como a educação, fazem-me refletir se haveria real interesse em investir numa reforma educacional de qualidade e em buscar uma verdadeira equidade social. Pois o fato é que, apesar de dizerem belas palavras sobre a educação, as suas ações são antagônicas, formando-se uma sociedade composta por indivíduos que não aprenderam a discutir ideias, argumentar e lutar por seus direitos, dificultando-lhes a autonomia e a tomada de consciência crítica.

Para que a educação seja uma porta para um futuro próspero, há necessidade de se garantir e assegurar uma "educação para todos" (tanto no aspecto quantitativo como no qualitativo), não somente



Para que a educação seja uma porta para um futuro próspero, há necessidade de se garantir e assegurar uma "educação para todos".



Para manifestar sua opinião em artigos ou cartas, envie textos para opinioao@noticiasdodia.com.br ou redacao@noticiasdodia.com.br. Artigos, com 2.500 caracteres e devem ser acompanhados do nome do autor e e-mail.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Roberto Azevedo

Data: 15/04/2015

Assunto: Negociações

Página: 02

Notícias do Dia

Educação

Enquanto professores da rede estadual de ensino fizeram vigília na Assembleia e tiveram o apitão no hall acompanhado por servidores do Judiciário, também em greve, o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, participava de reunião do conselho de secretários estaduais, em Brasília, com o novo ministro Renato Janine.

Nas conversas com os colegas de pasta, Deschamps soube que outros seis Estados estão com paralisações do magistério e que a tendência é de que outras unidades da federação venham a enfrentar o problema, por razões diferentes, o que dá uma ideia de movimento organizado país afora.

“Não haverá perda salarial alguma com a incorporação da regência de classe, ao contrário, mais ganho para a categoria, pois isso facilitará a descompactação da tabela salarial.”

**EDUARDO DESCHAMPS,
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO,
AO PEDIR QUE OS
PROFESSORES EM GREVE
RETORNEM À SALA DE AULA,
E O SINTE MANTENHA O
ESTADO DE GREVE, SE FOR
O CASO, MAS GARANTA
A NEGOCIAÇÃO PARA
O PROJETO DA NOVA
CARREIRA DO MAGISTÉRIO,
QUE NÃO CHEGOU À
ASSEMBLEIA AINDA**



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 15/04/2015
Assunto: Greve	Página: Online	



Greve dos professores: Comando decide pela continuidade

Terminou depois da meia noite a reunião do comando de greve com a diretoria do Sinte para uma avaliação sobre a proposta do governo de descompactação dos professores da rede estadual.

A decisão foi unanime e pela continuidade da greve. A principal razão está na incorporação da regência de classe na nova remuneração. Os professores não aceitam a perda desta gratificação, instituída no governo Jorge Bornhausen e considerada uma conquista.

A assembleia estadual será realizada hoje, a partir da uma da tarde no Centrosul.

Os deputados do PMDB, que formam a maior bancada na Assembleia Legislativa, não decidiram ainda se votam a favor ou contra a proposta do governo. Pediram tempo e cada deputado vai estudar com os assessores técnicos os detalhes do projeto. Decisão só na próxima terça-feira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 15/04/2015
Assunto: Negociações		Página: Online



Professores: PMDB pede tempo sobre proposta

A bancada estadual do PMDB teve atuação decisiva na tramitação da Medida Provisória 198, que acabou sendo revogada pelo governador Raimundo Colombo depois de rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça, a partir de um parecer do deputado Mauro de Nadal(PMDB). A votação do novo projeto depende, portanto, do principal aliado do governo.

Os deputados do PMDB examinaram o conteúdo da nova proposta salarial e constataram que houve melhorias e avanços em relação ao projeto original. Mas nada decidiram. Pediram tempo para cada parlamentar estudar mais a fundo com os assessores para definir qual a posição.

O governo tende, assim, a aguardar até a próxima terça-feira para saber o que decidirá os deputados do PMDB, que tem a maioria dos votos no plenário. Ante disso, contudo, outra deliberação poderá ser decisiva e até influencia na manifestação dos peemedebistas: a assembleia estadual do Sinte marcada para hoje, a partir das 13h, o Centrosul.

Algumas assembleias regionais, como Florianópolis e Chapecó, votaram pela continuidade da greve. Nas redes sociais, as reações dos professores foram de críticas e decepções com a nova proposta salarial.

Há, contudo, dúvidas se o Sinte e os professores terão gás para continuar a paralisação por mais tempo. O governo praticou quatro gestos para tentar uma solução e, mesmo que os salários propostos não sejam do agrado dos professores, o Executivo tem maioria na Assembleia.

O futuro do movimento, por isso, está condicionado a assembleia de hoje à disposição dos deputados da base de apoio ao governo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 15/04/2015
Assunto: PNE	Página: Online	



Deputados lançam hoje Frente Parlamentar em defesa do PNE

Deputados lançam, nesta quarta-feira (15), a Frente Parlamentar em Defesa da Implantação do Plano Nacional de Educação (PNE). O evento está marcado para as 14h30, no auditório Freitas Nobre.

A lei que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), com metas e estratégias a serem cumpridas entre 2011 e 2020, impõe a governos e sociedade a necessidade de estabelecer marcos do regime de colaboração entre governos federal, estadual e municipal e métodos de mobilização para esse grande desafio.

O novo grupo pretende sensibilizar e mobilizar a Câmara para debater e acompanhar a implantação dos planos nacional, estaduais e municipais de educação. A ideia é realizar diversas reuniões setoriais nas cinco regiões do Brasil. Os resultados serão levados ao Governo Federal em busca das articulações finais.

O deputado Pedro Uczai (PT-SC), que deve presidir a nova frente, acredita que é o momento de promover uma "revolução educacional" no Brasil. De acordo com Pedro Uczai, é preciso garantir investimentos no setor de, no mínimo, 7% do Produto Interno Bruto (PIB) no 5º ano de vigência do PNE e 10% do PIB ao final do decênio.

"As nações desenvolvidas, mesmo tendo seus problemas básicos resolvidos, investem, em média, 7,5% do PIB na educação. O Brasil necessita muito mais, tendo em vista o atraso secular em que ainda nos encontramos. Por isso a necessidade de ampla mobilização e compromisso, para que o PNE não se torne mais uma letra morta no papel", diz Uczai.